

---

## SUMÁRIO

---

---

### **TÍTULO I — QUESTÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL**

---

#### **I. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL 3**

1.1. O conceito de Direito Penal	3
1.2. Delimitações terminológicas	4
1.3. Características gerais	6
1.4. Finalidade e legitimidade	6
1.5. Tendências contemporâneas	9
1.6. A relação do Direito Penal com outros ramos do Direito	11
1.6.1. Direito Penal e Direito Constitucional	11
1.6.2. Direito Penal e Direito Administrativo	11
1.6.3. Direito Penal e Direito Processual Penal	12
1.6.4. Direito Penal e Direito Civil	12

#### **II. A CIÊNCIA CONJUNTA DO DIREITO PENAL 14**

2.1. Considerações gerais	14
2.2. A Ciência do Direito Penal ou Dogmática Jurídico-Penal	14
2.2.1. Método do estudo do Direito Penal	15
2.3. A Política Criminal	15
2.4. A Criminologia	16
2.4.1. A necessária integração entre Direito Penal e Criminologia	18
2.5. Direito de Execução Penal, Direito Penitenciário e Penologia	19
2.6. Ciências auxiliares	19

<b>III. HISTÓRIA GERAL DO DIREITO PENAL</b>	<b>20</b>
3.1. Considerações gerais	20
3.2. Direito Penal da Antiguidade	21
3.3. Direito Penal na Idade Média.....	23
3.4. A Modernidade e o surgimento da prisão como pena	25
3.5. O período reformador	28
3.5.1. A Ilustração e Cesare Beccaria	28
3.5.2. A influência de John Howard	29
3.5.3. Jeremy Bentham e o Panóptico.....	30
3.6. A Escola Clássica do Direito Penal	31
3.7. A Escola Positiva	33
3.8. Escolas e tendências do século XX	35
3.9. O Direito Penal do século XXI	39
<b>IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO</b>	<b>41</b>
4.1. Considerações gerais	41
4.2. O Brasil Colonial	42
4.3. O Código Criminal de 1830	45
4.4. O Direito Penal da Primeira República	50
4.5. O Código Penal de 1940	53
4.6. O movimento de Reforma Penal	55
4.7. O Direito Penal brasileiro do século XXI	58
<b>V. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL</b>	<b>60</b>
5.1. Considerações gerais	60
5.2. Princípio da culpabilidade	61
5.3. Princípio da lesividade ou da ofensividade	62
5.4. Princípio da humanidade ou da humanização da pena	63
5.5. Outros princípios fundamentais do Direito Penal	63
5.5.1. Princípio da dignidade humana	64
5.5.2. Princípio da intervenção mínima	64
5.5.3. Princípio da fragmentariedade e da subsidiariedade	65
5.5.4. Princípio da insignificância	65
5.5.5. Princípio da proporcionalidade	66
5.5.6. Princípio da individualização da pena	66
5.5.7. Princípio da adequação social	67

## TÍTULO II — TEORIA GERAL DA LEI PENAL

### VI. LEI PENAL E NORMA PENAL 71

6.1. Considerações gerais	71
6.2. Estrutura da lei penal	71
6.3. Classificação das normas penais	72
6.4. Peculiar técnica legislativa	73
6.5. Fontes da norma penal	74
6.6. Princípio da legalidade	74
6.7. Analogia	78
6.8. Costume	80
6.9. Jurisprudência	80
6.10. Princípios gerais do direito	81
6.11. Interpretação da lei penal	81
6.11.1. Interpretação: classificações	82
6.11.2. A questão da interpretação analógica	84
6.11.3. A regra do <i>in dubio pro reo</i>	85

### VII. LEI PENAL NO TEMPO 86

7.1. Considerações gerais	86
7.2. Conflitos da lei penal no tempo	87
7.3. Lei intermediária	89
7.4. A controvérsia da combinação de leis	90
7.5. Lei excepcional ou temporária	92
7.6. Lei penal em branco	93
7.7. Tempo do crime	96
7.8. Contagem dos prazos do Direito Penal	98

### VIII. LEI PENAL NO ESPAÇO 99

8.1. Considerações gerais	99
8.2. Território nacional e sua extensão	101
8.3. Lugar do delito e delitos à distância	103
8.4. Extraterritorialidade da lei penal brasileira	104
8.4.1. Extraterritorialidade incondicionada	105
8.4.2. Extraterritorialidade condicionada	107
8.4.3. Requisitos para a aplicação extraterritorial da lei penal brasileira	108
8.5. Pena cumprida no estrangeiro	110
8.6. Eficácia da sentença penal estrangeira	111
8.7. Transferência de condenados entre países	112
8.8. Direito de extradição	113

8.8.1. Extradicação: Classificações.....	114
8.8.2. Requisitos para a extradição.....	116
8.9. O Tribunal Penal Internacional .....	119
8.10. Limites à aplicação da lei penal em relação às pessoas: imunidade diplomática e imunidade parlamentar .....	123
8.10.1. Imunidades diplomáticas.....	123
8.10.2. Imunidades parlamentares .....	125

---

## **IX. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS** **127**

---

9.1. Considerações gerais.....	127
9.2. Critérios de solução do conflito aparente de normas .....	129
9.2.1. Princípio da especialidade .....	129
9.2.2. Princípio da subsidiariedade.....	130
9.2.3. Princípio da consunção ou absorção.....	131

---

## **TÍTULO III — TEORIA GERAL DO CRIME**

---

## **X. TEORIA DO CRIME** **135**

---

10.1. Considerações gerais .....	135
10.2. Método da teoria do crime.....	136
10.3. Desenvolvimento da teoria do crime .....	137
10.3.1. As construções da teoria do crime a partir do século XX .....	139
10.3.1.1. O naturalismo (conceito clássico de delito) .....	140
10.3.1.2. O neokantismo (conceito neoclássico de delito) .....	141
10.3.1.3. A perspectiva totalizadora (a Escola de Kiel) .....	143
10.3.1.4. O finalismo .....	144
10.3.1.5. As correntes funcionalistas.....	145
10.4. Sujeitos do crime.....	149
10.4.1. Sujeito ativo .....	149
10.4.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	149
10.4.3. Sujeito passivo.....	151
10.5. Objeto do crime .....	152
10.6. Objeto material .....	152
10.7. Classificações do crime .....	152

---

## **XI. TEORIA DA CONDUTA** **157**

---

11.1. Considerações gerais .....	157
11.2. Funções da teoria da conduta .....	158
11.3. Teorias da conduta .....	159

11.4. Modalidades de conduta	167
11.4.1. Ação	167
11.4.2. Omissão	167
11.4.2.1. Omissão própria	167
11.4.2.2. Omissão imprópria	167
11.5. Ausência de conduta	168
11.5.1. Coação física irresistível	168
11.5.2. Atos reflexos	169
11.5.3. Estados de inconsciência	169
11.6. Resultado	169
11.6.1. Resultado jurídico	170
11.6.2. Resultado material	170

## XII. CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA 171

12.1. Considerações gerais	171
12.2. A teoria da equivalência dos antecedentes	172
12.3. A teoria da causalidade adequada	174
12.4. Da superveniência causal	176
12.5. Da causalidade adequada para a teoria da imputação objetiva	179
12.6. A Teoria dos Papéis (Jakobs)	182
12.7. A causalidade da omissão	182

## XIII. TEORIA DO TIPO DOLOSO 183

13.1. Considerações gerais	183
13.2. Funções da teoria do tipo	183
13.3. Tipo penal e bem jurídico	184
13.4. Evolução do tipo como elemento do delito	185
13.5. Tipicidade penal	189
13.6. Classificações do tipo penal	190
13.7. Elementos do tipo objetivo	191
13.7.1. Elementos descritivos	191
13.7.2. Elementos normativos	191
13.8. Elementos do tipo subjetivo	192
13.8.1. O dolo como elemento subjetivo geral	192
13.8.2. Espécies de dolo	193
13.8.2.1. Dolo direto de primeiro grau	193
13.8.2.2. Dolo direto de segundo grau	193
13.8.2.3. Dolo eventual	193
13.9. Elemento subjetivo do tipo	194

<b>XIV. TEORIA DO TIPO CULPOSO</b>	<b>195</b>
14.1. Considerações gerais	195
14.2. Elementos do crime culposos	196
14.2.1. Conduta lícita	196
14.2.2. Previsibilidade	197
14.2.3. Inobservância das normas de atenção, cuidado ou diligência	198
14.2.4. Resultado	198
14.3. Espécies da culpa	199
14.4. Culpa imprópria	199
14.5. Dolo eventual e culpa consciente	200
14.5.1 Teorias cognitivas	200
14.5.2. Teorias volitivas	200
14.5.3. Síntese reflexiva	201
14.6. Concorrência e compensação de culpa	202
14.7. Crimes qualificados pelo resultado	202
<b>XV. TEORIA DO TIPO OMISSIVO</b>	<b>203</b>
15.1. Considerações gerais	203
15.2. A causalidade na omissão	205
15.3. Tipos omissivos próprios	207
15.4. Tipos omissivos impróprios	209
15.5. A posição de garantidor	209
15.5.1. A lei como fonte da posição de garantidor	210
15.5.2. A assunção voluntária da posição de garantidor	211
15.5.3. O princípio da ingerência	211
15.6. Particularidades da omissão imprópria	212
<b>XVI. ANTIJURIDICIDADE</b>	<b>214</b>
16.1. Considerações gerais	214
16.2. Esclarecimentos terminológicos	215
16.3. Aspectos formal e material da antijuridicidade	217
16.4. Causas de exclusão da antijuridicidade	218
16.4.1. O consentimento do ofendido	219
16.4.2. Demais causas supraleais no Direito Penal brasileiro	221
16.5. Elemento subjetivo das causas de justificação	221
16.6. Excesso nas causas justificantes	222
16.7. Estado de necessidade	223
16.7.1. Requisitos objetivos do estado de necessidade	225
16.7.2. Requisitos subjetivos do estado de necessidade	226



16.8. Legítima defesa	226
16.8.1. Requisitos objetivos da defesa legítima	226
16.8.2. Requisitos subjetivos da legítima defesa	228
16.8.3. Espécies de legítima defesa	229
16.8.3.1. Legítima defesa real	229
16.8.3.2. Legítima defesa putativa	229
16.8.3.3. Legítima defesa sucessiva	229
16.8.3.4. Legítima defesa recíproca	229
16.8.4. Distinção entre legítima defesa e estado de necessidade	229
16.9. Estrito cumprimento de dever legal	230
16.9.1. A questão do excesso por parte do funcionário público	230
16.9.2. Violência policial e estrito cumprimento do dever legal	230
16.10. Exercício regular de direito	231
16.10.1. Violência desportiva	231
16.10.2. Ofendículos	232

---

## **XVII. CULPABILIDADE** **233**

---

17.1. Considerações gerais	233
17.2. Culpabilidade como pressuposto da pena	235
17.3. Crise do conceito de culpa jurídico-penal	236
17.4. Evolução dogmática da culpabilidade	237
17.5. Elementos da culpabilidade	240
17.5.1. Imputabilidade	240
17.5.1.1. Doença mental	241
17.5.1.2. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado	242
17.5.1.3. Imputabilidade diminuída ou semi-imputabilidade	242
17.5.1.4. Menoridade penal	243
17.5.2. Potencial conhecimento da antijuridicidade	244
17.5.3. Exigibilidade de conduta diversa	245
17.5.3.1. Coação moral irresistível	245
17.5.3.2. Obediência hierárquica	246
17.6. Emoção e paixão	247
17.7. Embriaguez	247
17.7.1. Espécies de embriaguez	250
17.7.1.1. Embriaguez fortuita ou acidental	250
17.7.1.2. Embriaguez voluntária ou culposa	250
17.7.1.3. Embriaguez preordenada	251
17.7.1.4. Embriaguez patológica	251
17.8. Estado de necessidade exculpante	251
17.9. Erro de proibição	251

## XVIII. TEORIA DO ERRO JURÍDICO-PENAL 252

18.1. Considerações gerais	252
18.2. Classificações do erro jurídico-penal	253
18.2.1. Erro invencível	253
18.2.2. Erro vencível	254
18.2.3. Erro essencial e erro accidental	254
18.3. Evolução dogmática da teoria do erro	254
18.3.1. Teoria extremada do dolo	254
18.3.2. Teoria limitada do dolo	255
18.3.3. Teoria extremada da culpabilidade	255
18.3.4. Teoria limitada da culpabilidade	256
18.3.5. Teoria dos elementos negativos do tipo	258
18.4. Erro de tipo	259
18.5. Erro de proibição	260
18.5.1. Ignorância da lei e ignorância da antijuridicidade	261
18.5.2. O dever de se informar	262
18.5.3. Espécies de erro de proibição	262
18.5.3.1. Erro de proibição direto	263
18.5.3.2. Erro mandamental	263
18.5.3.3. Erro de proibição indireto	263
18.6. Descriminantes putativas	263
18.7. Erro sobre a pessoa	264
18.8. Erro sobre o objeto	265
18.9. Erro provocado por terceiro	265

## XIX. ETAPAS DE REALIZAÇÃO DO DELITO 267

19.1. Considerações gerais	267
19.2. Etapas de realização do delito	268
19.2.1. Cogitação	268
19.2.2. Atos preparatórios	268
19.2.3. Atos executórios	269
19.2.4. Consumação	270
19.2.5. O exaurimento do crime	270
19.3. Distinção entre atos preparatórios e executórios	271
19.3.1. Teorias subjetivas	272
19.3.1.1. Teoria do dolo	272
19.3.1.2. Teoria sintomática	272
19.3.2. Teorias objetivas	272
19.3.2.1. Teoria objetivo-material	273



19.3.2.2. Teoria objetivo-formal .....	273
19.3.2.3. Teoria objetivo-individual (teoria do plano do autor) .....	273
19.3.2.4. Direito brasileiro .....	274
19.4. Natureza jurídica e requisitos da tentativa .....	275
19.5. Espécies de tentativa .....	276
19.6. Crimes que não admitem a tentativa .....	277
19.6.1. Crimes culposos .....	277
19.6.2. Crimes preterdolosos. ....	278
19.6.3. Crimes omissivos próprios .....	278
19.6.4. Crimes unissubsistentes .....	279
19.6.5. Crimes habituais .....	279
19.6.6. Contravenções penais .....	279
19.7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	279
19.7.1. Desistência voluntária .....	281
19.7.2. Arrependimento eficaz .....	281
19.7.3. Efeitos da desistência e do arrependimento. ....	281
19.8. Arrependimento posterior .....	282
19.9. Crime impossível (tentativa inidônea) .....	283
19.9.1. Razões para a impunidade do crime impossível.....	284
19.9.2. Crime putativo .....	284
19.9.3. Flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado .....	285

## XX. CONCURSO DE PESSOAS 286

20.1. Considerações gerais .....	286
20.2. Teorias sobre o concurso de pessoas .....	287
20.2.1. Teoria pluralista .....	287
20.2.2. Teoria dualística ou da acessoriedade .....	287
20.2.3. Teoria monística ou unitária .....	288
20.3. Requisitos do concurso de pessoas .....	289
20.3.1. Pluralidade de indivíduos e de condutas .....	289
20.3.2. Relevância causal de cada conduta .....	289
20.3.3. Liame subjetivo entre os participantes .....	290
20.3.4. Identidade de infração penal .....	290
20.4. Teorias sobre autoria e participação .....	290
20.4.1. Teoria objetivo-material .....	291
20.4.2. Teoria subjetivo-material .....	291
20.4.3. Teoria objetivo-formal .....	292
20.4.4. Teoria do domínio do fato .....	292
20.4.4.1. Domínio funcional do fato .....	293
20.4.4.2. Domínio da organização .....	294

20.5. Tipologia do concurso de pessoas . . . . .	295
20.5.1. Autoria individual . . . . .	295
20.5.2. Autoria mediata .. . . .	295
20.5.3. Coautoria . . . . .	296
20.5.4. Coautoria sucessiva . . . . .	297
20.5.5. Coautoria mediata .. . . .	297
20.5.6. Autoria colateral . . . . .	298
20.5.7. Autoria incerta . . . . .	298
20.5.8. Multidão criminosa . . . . .	298
20.6. Teoria da participação . . . . .	299
20.6.1. Participação moral . . . . .	299
20.6.2. Participação material . . . . .	300
20.6.3. Participação em cadeia . . . . .	300
20.6.4. Requisitos da participação . . . . .	300
20.6.5. A questão da acessoriedade da participação . . . . .	301
20.6.6. A participação mediante ações neutras . . . . .	302
20.7. Concurso de pessoas e crime culposos . . . . .	304
20.8. Concurso de pessoas e crime omissivo . . . . .	306
20.9. Participação de menor importância . . . . .	307
20.10. Cooperação dolosamente distinta . . . . .	308
20.11. Comunicabilidade das elementares do tipo . . . . .	309
20.11.1. A questão da comunicabilidade no delito de infanticídio . . . . .	310
20.12. Participação impunível . . . . .	312

---

## XXI. CRIMES INTERNACIONAIS 313

---

21.1. Considerações gerais . . . . .	313
21.2. Conceito e classificação dos crimes internacionais . . . . .	313
21.3. Estrutura e imputação nos crimes internacionais . . . . .	317

---

## TÍTULO IV — TEORIA GERAL DA SANÇÃO PENAL

---

## XXII. TEORIA DA PENA 325

---

22.1. Considerações gerais . . . . .	325
22.2. Conceito de pena . . . . .	325
22.3. Princípios constitucionais e penas admitidas . . . . .	326
22.4. Penas proibidas . . . . .	327

---

## XXIII. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE 334

---

23.1. Considerações gerais .. . . .	334
23.2. Origens da pena de prisão . . . . .	334

23.3. Espécies de pena de prisão	337
23.3.1. Estabelecimentos penais	338
23.4. Regime prisional	339
23.4.1. Os regimes em espécie	339
23.4.2. Disciplina e o regime disciplinar diferenciado	340
23.4.3. Fixação do regime prisional	343
23.4.4. Progressão e regressão de regime	343
23.4.5. Progressão de regime para preso estrangeiro	345
23.5. Exame criminológico	349
23.6. Detração penal	350
23.7. Regulamentação geral do sistema penitenciário e os direitos dos presos	352
23.8. O trabalho prisional	352
23.9. Remição penal	354
23.10. Superveniência de doença mental	355
23.11. O monitoramento eletrônico	355
23.11.1. Origens e desenvolvimento do monitoramento eletrônico	356
23.11.2. As gerações tecnológicas do monitoramento eletrônico	358
23.11.3. Monitoramento eletrônico no Brasil	360

---

## XXIV. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS 362

---

24.1. Considerações gerais	362
24.2. Características das penas alternativas no Código Penal	363
24.3. As gerações de penas restritivas de direitos	364
24.4. Requisitos para aplicação da pena restritiva de direitos	365
24.4.1. Requisitos objetivos	365
24.4.2. Requisitos subjetivos	366
24.5. Multa substitutiva	366
24.6. Espécies de penas restritivas de direitos	368
24.6.1. Pena de prestação pecuniária	368
24.6.1.1. Prestação pecuniária de outra natureza	369
24.6.2. Perda de bens e valores pertencentes ao condenado	370
24.6.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidade assistencial	370
24.6.4. Interdições temporárias de direitos	371
24.6.5. Limitação de fim de semana	374
24.7. Conversão de penas	374
24.8. Detração do tempo de cumprimento da pena alternativa	376
24.9. Penas restritivas de direitos para crimes hediondos.	
A polêmica com o tráfico de drogas	377

## XXV. PENA DE MULTA 379

25.1. Considerações gerais.	379
25.2. Sistema dos dias-multa.	380
25.3. Pagamento e execução da pena de multa	382
25.4. Competência para a execução da multa	383

## XXVI. APLICAÇÃO DA PENA 384

26.1. Considerações gerais	384
26.2. Elementares e circunstâncias na aplicação da pena	386
26.3. Circunstâncias judiciais	388
26.3.1. Culpabilidade	390
26.3.2. Antecedentes	390
26.3.3. Conduta social	392
26.3.4. Personalidade do agente	393
26.3.5. Motivos do crime	394
26.3.6. Circunstâncias do crime	394
26.3.7. Consequências do crime	395
26.3.8. Comportamento da vítima	395
26.4. Circunstâncias legais agravantes e atenuantes	396
26.4.1. Reincidência	398
26.4.2. Demais circunstâncias agravantes	401
26.4.2.1. Agravantes do art. 61, do CP	402
26.4.2.2. Agravantes no caso de concurso de pessoas	410
26.4.3. Das circunstâncias atenuantes	413
26.4.3.1. Atenuante em razão da idade	413
26.4.3.2. Demais circunstâncias atenuantes do art. 65	416
26.4.3.3. Atenuante nominada	424
26.5. Concurso entre agravantes e atenuantes.	
Circunstâncias preponderantes	426
26.6. Causas de aumento ou de diminuição de pena	428
26.7. Tipos qualificados e tipos privilegiados	429
26.8. Aplicação da pena privativa de liberdade e método trifásico	429
26.8.1. Observações práticas sobre a aplicação da pena	431
26.9. Aplicação da pena de multa	434

## XXVII. CONCURSO DE CRIMES 436

27.1. Considerações gerais	436
27.2. Princípios reguladores do concurso de crimes	438
27.3. Concurso material	440

27.4. Concurso formal	441
27.4.1. Conceituação de desígnios autônomos	442
27.4.2. Desígnios autônomos e a questão do roubo contra vítimas distintas	443
27.5. Crime continuado	444
27.5.1. Teorias sobre o crime continuado	445
27.5.1.1. A noção de dolo continuado	446
27.5.2. Natureza jurídica do crime continuado	447
27.5.3. Requisitos do crime continuado	448
27.5.4. Crime continuado contra bens pessoais de titularidades distintas	449
27.5.5. A questão da continuidade delitiva nos crimes sexuais	451
27.5.6. Crime continuado e concurso formal no mesmo caso concreto	451
27.6. Erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> )	452
27.7. Resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio delicti</i> )	453
27.8. Limite máximo do cumprimento de pena e Súmula 715 do STF	454

## XXVIII. TRANSAÇÃO PENAL 456

28.1. Considerações gerais	456
28.2. Conceito de transação penal	457
28.3. Infrações de menor potencial ofensivo	458
28.4. Conceito de transação penal	458
28.5. Requisitos para a transação penal	459
28.6. Período de prova da transação penal	461
28.7. Descumprimento injustificado e revogação	461
28.8. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	464

## XXIX. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO 465

29.1. Considerações gerais	465
29.2. Conceito de suspensão condicional do processo	466
29.3. Pressupostos da suspensão condicional do processo	467
29.3.1. Não formulação da proposta pelo Ministério Público	468
29.4. Cumprimento das condições e período de prova	469
29.5. Descumprimento das condições e revogação do benefício	471
29.6. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	473

## XXX. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA 474

30.1. Considerações gerais	474
30.2. Conceito de suspensão condicional da pena	476
30.3. Espécies de suspensão condicional da pena	477
30.4. Pressupostos da suspensão condicional da pena	478
30.5. Cumprimento das condições e período de prova	480



30.6. Descumprimento das condições e revogação do <i>sursis</i>	481
30.6.1. Causas de revogação obrigatória	481
30.6.2. Causas de revogação facultativa	483
30.7. Prorrogação do <i>sursis</i>	483
30.8. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	484

## XXXI. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL 485

31.1. Considerações gerais	485
31.2. Conceito e natureza jurídica do livramento condicional	487
31.3. Pressupostos do livramento condicional	488
31.3.1. Livramento condicional para preso estrangeiro	496
31.4. Unificação de penas e livramento condicional	497
31.5. Cumprimento das condições e período de prova	497
31.6. Descumprimento das condições e revogação do benefício	498
31.7. Suspensão do livramento condicional	500
31.8. Prorrogação do livramento condicional	501
31.9. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	502

## XXXII. EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO 503

32.1. Considerações gerais	503
32.2. Efeitos secundários de natureza penal	504
32.3. Efeitos secundários de natureza extrapenal	504
32.3.1. A obrigação de reparar o dano	506
32.3.1.1. Ação civil <i>ex delicto</i>	506
32.3.2. Perda dos instrumentos e dos produtos do crime	507
32.3.2.1. Instrumentos do crime ( <i>instrumenta sceleris</i> )	508
32.3.2.2. Produto do crime ( <i>producta sceleris</i> )	509
32.4. Efeitos específicos da condenação	510
32.4.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	510
32.4.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	511
32.4.3. Inabilitação para dirigir veículo utilizado em crime doloso	512
32.4.4. Inabilitação do empresário nos delitos falimentares	512
32.5. Reabilitação penal	513
32.6. Pressupostos para a reabilitação	514
32.6.1. Domicílio no País no prazo de dois anos	515
32.6.2. Demonstração efetiva e constante de bom comportamento público ou privado	515
32.6.3. Reparação do dano causado pelo crime ou comprovação da absoluta impossibilidade de o fazer, até a data do pedido, ou comprovação da renúncia expressa da vítima ou novação da dívida	515
32.7. Revogação da reabilitação	516



<b>XXXIII. MEDIDAS DE SEGURANÇA</b>	<b>517</b>
33.1. Considerações gerais	517
33.2. Conceito e natureza jurídica das medidas de segurança	519
33.3. Sistemas do duplo binário e vicariante	520
33.4. Diferenças entre pena e medida de segurança	522
33.5. Periculosidade como pressuposto da medida de segurança	522
33.6. Espécies de medidas de segurança	522
33.6.1. Internação em hospital psiquiátrico	523
33.6.2. Tratamento ambulatorial	523
33.6.3. Escolha da medida de segurança	523
33.7. Cumprimento da medida de segurança	524
33.8. Suspensão e extinção da medida de segurança	525
33.9. Limite máximo de cumprimento da medida de segurança	525
33.10. Conversão da pena em medida de segurança	527
<b>XXXIV. AÇÃO PENAL</b>	<b>529</b>
34.1. Considerações gerais	529
34.2. Espécies de ação penal	531
34.3. Ação penal pública	532
34.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça	533
34.3.2. Retratação da representação	533
34.3.3. Ação penal no crime complexo. A questão da ação penal nos crimes sexuais	534
34.3.4. Ação penal do crime conexo e no concurso de crimes	536
34.4. Ação penal privada	536
34.4.1. Ação penal exclusivamente privada	536
34.4.2. Ação penal privada subsidiária da pública	537
34.4.2. Ação penal privada personalíssima	538
34.5. Decadência do direito de queixa ou de representação	538
34.6. Renúncia ao direito de queixa	539
34.7. Perdão do ofendido	540
34.8. Extinção da punibilidade	541
<b>XXXV. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b>	<b>542</b>
35.1. Considerações gerais	542
35.2. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias	543
35.3. Classificação das causas de extinção da punibilidade	544
35.3.1. Causas extintivas da pretensão punitiva e da pretensão executória	544
35.3.2. Causas gerais e causas específicas	544
35.3.3. Causas comunicáveis e incommunicáveis	545

35.4. Das causas de extinção da punibilidade	545
35.4.1. Morte do agente	545
35.4.1.1. A questão da morte presumida	546
35.4.1.2. Extinção da punibilidade e certidão de óbito falsa	547
35.4.2. Anistia	548
35.4.3. Indulto e graça	549
35.4.3.1. Indulto e crimes hediondos	550
35.4.3.2. Comutação de pena	550
35.4.3.3. Indulto e separação de poderes	551
35.4.4. Abolição do crime	551
35.4.5. Prescrição, decadência e preempção	552
35.4.6. Renúncia ou perdão do ofendido	553
35.4.7. Retratação do agente	553
35.4.8. Perdão judicial	554
35.5. Extinção e suspensão da punibilidade nos crimes previdenciários e tributários	555

## XXXVI. PRESCRIÇÃO PENAL 556

36.1. Considerações gerais	556
36.2. Razões político-criminais para a prescrição. Pertencimento ao Direito Penal ou Processual Penal	558
36.2.1. Pacificação social	558
36.2.2. Punição ao Estado por sua ineficácia	558
36.2.3. Regeneração do infrator	558
36.2.4. Natureza penal ou processual penal	559
36.3. Crimes que nunca prescrevem	560
36.4. Espécies de prescrição	561
36.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	561
36.4.2. Prescrição da pretensão executória	562
36.4.3. Prescrição intercorrente	563
36.4.4. Prescrição retroativa e a Lei nº 12.234/2010	564
36.4.5. Prescrição em perspectiva ou hipotética	566
36.4.6. Prescrição da pena de multa	567
36.4.7. Prescrição da medida de segurança	567
36.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	568
36.6. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	570
36.7. Causas impeditivas ou suspensivas do prazo prescricional	572
36.8. Interrupção do prazo prescricional	575
36.8.1. Recebimento da denúncia ou queixa	575
36.8.2. Sentença de pronúncia	577

36.8.3. Decisão confirmatória da pronúncia.	577
36.8.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível	577
36.8.5. Início ou continuação do cumprimento de pena.	580
36.8.6. Reincidência	580
36.9. Contagem do prazo prescricional	581
REFERÊNCIAS	583